

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0150-08
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.017	2.016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.017	2.016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	4	6.169.463	4.281.670	Fornecedores	10	669.279	1.304.949
Contas a receber	5	-	8.842.427	Honorários médicos	11	503.465	210.377
Estoques	6	683.051	594.501	Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.296.112	2.334.224
Adiantamento a fornecedores	7	101.534	51.185	Obrigações fiscais	13	142.887	119.794
Partes relacionadas		5.824.423	5.299.289	Receita diferida		9.355.184	13.689.404
Outros ativos circulante		402.606	235.851	Outros passivos		29	-
		13.181.077	19.304.923			12.966.956	17.658.748
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisão para descontinuidade	14	1.114.149	800.100
Depósitos judiciais	8	1.614.249	-			1.114.149	800.100
		1.614.249	-	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	9	2.131.015	1.808.055	Patrimônio social		3.183.855	2.945.057
Intangível	9	338.479	529.725	(Déficit) superávit do exercício		(140)	238.798
		2.469.494	2.337.780			3.183.715	3.183.855
		4.083.743	2.337.780	Total do Passivo		17.264.820	21.642.703
Total do Ativo		17.264.820	21.642.703				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
		Patrimônio social	Superávit do exercício	Total		2.017	2.016
Em 1º de janeiro de 2016		1.926.539	1.018.518	2.945.057	(Déficit) Superávit do Exercício	(140)	238.798
Transferência		-	1.018.518	-	Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit do exercício		-	-	238.798	Resultado Abrangente do Exercício	(140)	238.798
Em 31 de dezembro de 2016		2.945.057	238.798	3.183.855	Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto		
Transferência		-	-	-	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.017	2.016
Déficit do exercício		-	(140)	(140)	Superávit (déficit) do exercício	(140)	238.798
Em 31 de dezembro de 2017		3.183.855	(140)	3.183.715	Ajustado por:		
					Depreciação e amortização	443.408	338.785
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.017 e 2.016 - Cifras apresentadas em reais.			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efetiva atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, facultades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 14 de fevereiro de 2.014, celebrou com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará o Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Público Estadual Galileu, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 05 (cinco) anos. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 23 de Março de 2.018. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 2.3 Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos e premissas na determinação do registro de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 9 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 14 - Provisão para descontinuidade; 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Ativos				circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. b) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. c) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. d) Receita diferida: As receitas diferidas de custo ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. e) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. f) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. • Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data			
				Receitas Operacionais			
				Receitas com subvenções-custeio 16 34.375.245 32.653.413			
				Receitas financeiras 181.825 47.220			
				Outras receitas 2.200 3.936			
				Total das Receitas 34.559.270 32.704.569			
				Despesas Operacionais			
				Despesas com pessoal 17 (14.324.220) (13.453.868)			
				Serviços de terceiros 18 (10.586.265) (9.571.493)			
				Custos corporativos compartilhados 19 (2.763.656) (2.634.861)			
				Drogas, medicamentos e materiais 20 (5.096.195) (5.053.888)			
				(32.770.336) (30.714.110)			
				Despesas gerais e administrativas 21 (1.726.848) (1.722.243)			
				Despesas financeiras (62.226) (29.418)			
				(1.789.074) (1,751,661)			
				Total das Despesas (34.559.410) (32.465.771)			
				(Déficit) Superávit do Exercício (140) 238.798			
				Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
				Superávit (déficit) do Exercício (140) 238.798			
				Outros resultados abrangentes - -			
				Resultado Abrangente do Exercício (140) 238.798			
				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto			
				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
				Superávit (déficit) do exercício 2.017 2.016			
				(140) 238.798			
				Ajustado por:			
				Depreciação e amortização 443.408 338.785			
				exercício concluído 443.268 577.583			
				Variáveis nos ativos e passivos			
				Contas de receber de clientes 8.842.427 104.361			
				Estoques (88.550) 36.456			
				Adiantamento a fornecedores (50.349) 49.319			
				Depósitos judiciais (166.757) (26.700)			
				Fornecedores (635.670) 108.148			
				Honorários médicos 293.088 42.687			
				Obrigações sociais e trabalhistas (38.112) 1.186.058			
				Obrigações fiscais 23.094 (11.480)			
				Receitas diferidas (4.354.220) 2.000.000			
				Outros passivos 29 -			
				Provisão para descontinuidade 314.049 206.945			
				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 2.988.048 4.273.377			
				Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
				Aquisição de imobilizado e intangível (575.121) (1.009.312)			
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (575.121) (1.009.312)			
				Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
				Empréstimos cedidos-partes relacionadas (525.134) (1.479.481)			
				Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos (525.134) (1.479.481)			
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos e equivalentes de caixa 1.887.793 1.784.584			
				Demonstração aumento do caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício 4.281.670 2.497.086			
				No fim do exercício 6.169.463 4.281.670			
				Aumento do caixa e equivalentes de caixa 1.887.793 1.784.584			
				de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.			
				4. Caixa e Equivalentes de Caixa:			
				Descrição 2.017 2.016			
				Caixa 3.000 3.000			
				Banco conta movimento (a) 6.166.463 4.278.670			
				6.169.463 4.281.670			
				(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.			
				5. Contas a Receber: Descrição 2.017 2.016			
				Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará 6.213.816 8.842.427			
				(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (a) (6.213.816) -			
				6.213.816 8.842.427			
				a) Provisão pela não realização das receitas diferidas: Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa nº 13).			
				6. Estoques			
				Descrição 2.017 2.016			
				Medicamentos 201.551 206.776			
				Materiais hospitalares de consumo e reposição 188.078 147.144			
				Materiais de Higiene e Limpeza 45.542 44.365			
				Materiais de Expediente e Impressos 23.093 29.985			
				Gêneros Alimentícios 34.937 37.945			
				Outros 189.850 128.286			
				683.051 594.501			

PARTES RELACIONADAS		A receber / (a pagar)	
Descrição	2.017	2.016	
Empréstimos entre unidades (a)	5.824.423	5.521.928	
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	-	(222.639)	
(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes	5.824.423	5.299.289	
8. Imobilizado e Intangível			
a) Composição: Itens			
Equipamentos telefônicos	23.464		
Equipamentos de informática	364.843		
Máquinas e equipamentos Hospitalares	667.289		
Móveis e utensílios de escritório	416.164		
Móveis e utensílios hospitalares	691.844		
Beneficentários	577.328		
Instrumentos médico-hospitalares	7.684		
Imobilização em andamento *	-		
Total imobilizado	2.748.616		
Direito de uso de software	873.829		
Total intangível	873.829		
* Corresponde a obras de reforma e infraestrutura na unidade hospitalar, com término no primeiro semestre de 2017.			
b) Movimentação: Itens			
Equipamentos telefônicos	Saldo em 31/12/16	Adições	Depreciação
Equipamentos de informática	22.790	673	-
Máquinas e equipamentos	340.694	24.150	-
Móveis e utensílios de escritório	268.546	398.743	-
Móveis e utensílios hospitalares	366.289	49.875	-
Beneficentários	601.876	89.968	-
Instrumentos médico-hospitalares	-	577.328	-
Imobilização em andamento	-	7.683	-
(-) Depreciação	577.328	(577.328)	(248.133)
Total imobilizado	1.808.055	571.092	(248.133)
Direito de uso de software	862.056	11.773	-
(-) Amortização	(332.331)	-	-
Total intangível	529.725	11.773	(203.020)
Total geral	582.866	(451.153)	
c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas no exercício foram:			
Equipamentos telefônicos	10,0%		
Equipamentos de informática	20,0%		
Máquinas e equipamentos	10,0%		
Móveis e utensílios	10,0%		
Beneficentários	10,0%		
Direitos de uso de software	20,0%		
9. Fornecedores: Descrição	2.017	2.016	
Materiais e medicamentos	517.609	443.040	
Serviços de terceira pessoa jurídica	143.067	859.078	
Serviços de terceira pessoa física	2.554	2.830	
Imobilizado	6.049	2.830	
Total	669.279	1.304.949	
10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:			
Descrição	2.017	2.016	
Honorários médicos pessoa jurídica	503.465	210.377	
Total	503.465	210.377	
11. Obrigações Sociais e Trabalhistas			
Descrição	2.017	2.016	
Salários e ordenados	748.859	630.732	
Provisão dissídio coletivo (a)	100.332	327.628	
FGTS	120.756	99.753	
INSS	76.389	66.680	
Provisão de férias e encargos	1.212.995	1.166.518	
Outras	36.781	42.913	
Total	2.296.112	2.334.224	
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2017 corresponde ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017. 12. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.			
Descrição	2.017	2.016	
Subvenção para custeio	15.569.000	12.500.000	
Subvenção para investimento	-	1.189.404	
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (a)	(6.213.816)	-	
Total	9.355.184	13.689.404	
(a) Provisão pela não realização das receitas diferidas: Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão com o Governo do Estado do Pará, para custeio das atividades operacionais da unidade hospitalar, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais. A contrapartida da provisão está representada no ativo circulante na rubrica de contas a receber (nota explicativa nº 5). 13. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a provisão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos.			
Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente			
Jocelino Pablo Mews - Diretor Geral da Pró-Saúde			
Saulo Mengarda - Diretor Geral do Hospital			
Marcia Izabela Corrêa Neri - Contadora local - CRCPA-011076-06			
David Martins Ferreira - Contador geral - CRC: ISP.195.413/0-2"S"-PA			
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras			
Aos Administradores, Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas de-			
monstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de de-			
zembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sem ressalva: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das			

de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Custos corporativos compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativa ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominada de custo corporativo compartilhado.

19. Drogas Materiais e Medicamentos		2.017	2.016
Medicamentos	(1.160.174)	(1.367.611)	
Dietais enteral e parenteral	(143.393)	(192.408)	
Ortese e prótese	(803.101)	(630.198)	
Materiais de uso do paciente	(1.040.550)	(1.450.979)	
Gases medicinais	(62.681)	(60.012)	
Gêneros alimentícios	(734.952)	(706.054)	
Materiais de limpeza e lavanderia	(443.120)	(385.530)	
Impressos e materiais de Expediente	(200.511)	(254.479)	
Filmes Radiológicos	(151.155)	(34.358)	
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(162.451)	(27.741)	
Outros	(194.107)	-	
Total	(5.096.195)	(5.053.888)	

20. Despesas Gerais e Administrativas:		2.017	2.016
Descrição			
Energia elétrica, gás e telefone	(631.296)	(660.650)	
Depreciação e amortização	(443.408)	(339.619)	
Manutenções	(7.795)	(91.264)	
Locações de equipamentos e veículos	(17.150)	(74.804)	
Prêmios de seguros	(133.368)	(125.456)	
Condução e taxis	(95.297)	(71.099)	
Viagem ajuda de custo e reembolso de despesa	(245.213)	(237.048)	
Outras	(1.726.848)	(1.722.243)	
Total	(1.726.848)	(1.722.243)	

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:		2.017	2.016
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	6.169.463	4.286.662	
Recebíveis	-	-	
Contas a receber	-	8.842.426	
Partes relacionadas	5.824.423	5.299.446	
Total	11.993.886	18.428.534	

Passivos		2.017	2.016
Pelo custo amortizado			
Fornecedores	669.279	1.304.919	
Honorários médicos	503.465	210.407	
Total	1.172.745	1.515.326	

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a entidade possa evidenciar encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 28 de junho de 2012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.017 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foi:

Descrição		2.017	2.016
Contribuição para o financiamento da seguridade social			
Contribuição Social sobre o superávit	1.036.778	981.137	
Contribuição patronal ao INSS	3.754.606	3.071.351	
PIS sobre folha de pagamento	67.611	-	
Total	4.858.995	4.073.980	

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

zembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

continuação

demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 23 de Março de 2.018.

LM Auditores Associados **Maurício Diácoli**
CRC 25P018.611/0-8 CRC 1SP129.562/0-5 "S" - PA

Protocolo: 296196

Águas de São Francisco Concessionária de Saneamento S.A.

CNPJ nº 19.161.754/0001-51

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Pará, 28 de março de 2018

A Diretoria

Balanco Patrimonial		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2017	2016	
Ativos			Fluxos de caixa das atividades operacionais
Caixa e equivalentes de caixa	826	15	Prejuízo antes dos impostos
Aplicações financeiras	17.165	25.922	Ajustes para:
Contas a receber de clientes	1.318	976	Amortização
Estoques	427	409	Resultado na baixa de intangível
Impostos a recuperar	665	342	Juros sobre empréstimos e debêntures
Outros créditos	107	44	Amortização do custo de captação
Total do ativo circulante	20.508	27.708	Varição cambial
Contas a receber de clientes	308	57	Perda com instrumentos financeiros derivativos
Ativo fiscal diferido	-	8.558	Juros sobre aplicações financeiras
Depósitos judiciais	134	2	Provisão (Reversão) de ajuste a valor presente de clientes
Total do realizável a longo prazo	442	8.617	(Reversão) Provisão para contingências
Intangível	32.545	29.943	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Total do ativo não circulante	32.987	38.560	Baixa de títulos do contas a receber
Total do ativo	53.495	66.268	Provisão de bônus diretoria
			375 (2.266)
			Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos
Demonstração do Resultado	2017	2016	Contas a receber de clientes
Receita operacional líquida	8.099	17.636	Estoques
Custos dos serviços prestados	(6.692)	(18.391)	Impostos a recuperar
Lucro (Prejuízo) bruto	1.407	(755)	Depósitos judiciais
Despesas de vendas, administrativas e gerais	(2.523)	(2.702)	Outros créditos
Outras receitas operacionais	2	5	Aumento/(Diminuição) dos passivos
Outras despesas operacionais	(1)	-	Fornecedores e empreiteiros
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(1.115)	(3.452)	Obrigações trabalhistas e sociais
Receitas financeiras	6.641	7.075	Obrigações fiscais
Despesas financeiras	(12.747)	(11.838)	Pagamento de contingências
Resultado financeiro	(6.106)	(3.838)	Outras contas a pagar
Prejuízo antes dos impostos	(7.221)	(7.290)	Juros pagos
Imposto de renda e contribuição social	(9.053)	2.444	Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais
Prejuízo do exercício	(16.274)	(4.846)	Fluxo de caixa de atividades de investimento
			Aplicações financeiras
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Ajuste avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados
Saldos em 1º de janeiro de 2016	5.000	-	Total
Aumento de capital	11.089	-	(5.018)
Valor justo de derivativos	-	(2.025)	-
Prejuízo do exercício	-	-	11.089
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16.089	(2.025)	(4.846)
Aumento de capital social	14.412	-	(800)
Valor justo de derivativos	-	1.523	-
Prejuízo do exercício	-	-	14.412
Saldos em 31 de dezembro de 2017	30.501	(502)	(16.274)
			(1.139)
			2.308 (3.068)
			(785) 1.043
			(14.751) (6.871)
			10.510 (24.021)
			(3.217) (13.349)
			Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento
			7.293 (37.370)
			Fluxo de caixa de atividades de financiamento
			Aumento de capital
			Empréstimos e debêntures captadas
			Custo na captação de empréstimos e debêntures
			Empréstimos e debêntures pagas
			Instrumentos financeiros derivativos pagos
			Contas correntes líquida partes relacionadas
			Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento
			Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa
			Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro
			Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro
			Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa
			811 (11)
			15 26
			826 15

As Demonstrações Financeiras completas, juntamente com Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes na data de 27/03/2018, sem ressalvas estão à disposição em sua sede.

Protocolo: 296200